

## A CIÊNCIA DA HISTÓRIA COMO RESPOSTA RACIONAL A CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001. 194 p.

Arthur O. Alfaix Assis\*

Nos últimos anos, as reflexões do historiador alemão Jörn Rüsen vêm se tornando conhecidas em nosso país. Elas destacam o lugar da história e o papel central por ela desempenhado na realização dos acontecimentos de que se forma a vida humana. Chamam a atenção também para o fato de que tal enraizamento da história no cotidiano da vida prática de modo algum se desfaz em meio ao processo pelo qual do pensamento histórico emergem produtos cognitivos qualificáveis de científicos. A demonstração do caráter existencial-prático da ciência da história – a tradição intelectual de pesquisa e escrita históricas, herdeira direta do historicismo alemão do século XIX – e a investigação das repercussões da cientificização nessa conexão do pensamento histórico à vida constituem o projeto dos *Fundamentos de uma teoria da história* (*Grundzüge einer Historik*), publicados por Rüsen ao longo da década de 1980.<sup>1</sup>

Formada pelos volumes *Razão histórica* (1983), *Reconstrução do passado* (1986) e *História viva* (1989), a trilogia *Fundamentos de uma teoria da história* apresenta uma contribuição para o encaminhamento de várias das questões que se impõem ao debate atual acerca de temas relacionados à história e à possibilidade de seu conhecimento. A partir dela, é possível, por exemplo, superar os impasses gerados pelo

\* Doutorando em história pela Universidade Witten-Herdecke (Alemanha); bolsista da Fundação Capes.

E-mail: arthurassis@hotmail.com

confronto entre a ênfase contemporânea no caráter estético-narrativo das formas de apresentação de conteúdos históricos e a tradicional auto-imagem que boa parte dos membros da comunidade científica dos historiadores faz de sua prática profissional. Desde as primeiras publicações teóricas do historiador norte-americano Hayden White, no final da década de 1960 e início da de 1970, não tem sido estranho o aparecimento de trabalhos que destacam o caráter narrativo da historiografia, sem, no entanto, apresentar uma interpretação satisfatória das relações entre a representação narrativa da experiência e a pesquisa histórica, procedimento no qual os historiadores profissionais embasam seus relatos sobre o passado.<sup>2</sup> Não desapareceu, contudo, da cena desse debate em torno do realismo ou da ficcionalidade do conhecimento histórico uma perspectiva estritamente objetivista, já firmada pré-teoricamente desde o final do século XIX, para a qual a ciência da história se situaria no mesmo patamar epistemológico das demais ciências, em razão da metodização das estratégias de certificação empírica, proporcionada pela pesquisa histórica. É ancorado nessa perspectiva que surge boa parte do desprezo pelas dimensões ético-valorativas e estéticas do conhecimento histórico. Esse desprezo não é raro entre os historiadores, muitas vezes pouco dispostos a colocar em questão as premissas do que consideram ser a “objetividade” auto-evidente de seu trabalho intelectual. Ao contrário do que ocorre com essas duas tendências de pensamento e reflexão, a posição de Rüsen se estrutura em torno da intenção de abranger todos os elementos essenciais para o conhecimento histórico. Isso é levado a se concretizar na especificação dos cinco princípios fundamentais de cuja interação depende a possibilidade de modular o pensamento histórico em ciência: carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções orientativas. Tais princípios são extraídos por Rüsen a partir de uma operação que busca isolar do complexo conjunto das práticas historiográficas os elementos gerais que fornecem fundamento a todas elas (RH, p. 29-30).<sup>3</sup> Ao espaço de tensão entre esses princípios é que corresponde o conceito de matriz disciplinar da ciência histórica, síntese do que, para Rüsen, constitui o objeto da teoria da história.

A noção de matriz disciplinar consiste, por isso, no fiocondutor da reflexão de Rüsen em *Fundamentos de uma teoria da história*.

Em *Razão histórica*, a matriz disciplinar é abordada tendo por referência o propósito de elucidar as relações entre o conhecimento histórico e as carências de orientação, com base nas quais ele se torna investido de sentido. Nos dois livros que completam a trilogia são analisados pormenorizadamente os outros quatro elementos da matriz – *Reconstrução do passado* trata das perspectivas de interpretação e dos métodos de pesquisa, e *História viva*, das formas de apresentação e das funções de orientação.<sup>4</sup> No que se segue, encontra-se uma interpretação sumária do argumento fundamental empregado em *Razão histórica*. Com ele, Rüsen pretende demonstrar como, na ciência da história, está em jogo a elaboração de respostas dotadas de racionalidade aos desafios existenciais, em meio aos quais se lança a vida humana e que impõem a ela a necessidade de se deixar orientar por interpretações do mundo humano, de sua simultânea duração e descontinuidade temporal.

*Razão histórica* é dividido em três capítulos: “Tarefa e função de uma teoria da história”; “Pragmática: a constituição do pensamento histórico na vida prática”; e “Científica: a constituição metódica da ciência da história”. Após o primeiro capítulo – aqui já abordado em seus aspectos mais importantes – em que o autor apresenta a concepção de matriz disciplinar da ciência histórica, enquanto objeto delimitador do campo de reflexão da teoria da história, listando ao final uma série de atribuições da teoria para com o pensamento histórico, chega-se à segunda parte, que trata da essencial vinculação do pensamento histórico à vida prática. Em “Pragmática”, o foco da análise deixa de lado as manifestações especializadas da história acadêmica para se ampliar na direção de todas as modalidades de pensamento em que a rememoração da experiência do passado resulta em produtos intelectuais históricos.<sup>5</sup> Rüsen retoma aqui a percepção bastante difundida sob a idéia de que o contexto social do historiador exerce influência sobre seu trabalho, esclarecendo como efetivamente se processa essa inter-relação. O pensamento histórico, essa forma de interpretação do mundo humano em que o passado é chamado à tona para esclarecer o presente e para tornar o futuro esperável, é tomado como uma espécie de “constante antropológica”, mediante a qual muitas culturas humanas elaboram a experiência do viver no tempo. Rüsen considera a ciência da história como um modo particular, surgido de um dos desdobramentos da consciência histórica moderna, de proceder tais rememorações. Essas circunstâncias

relacionam indissociavelmente qualquer conhecimento histórico aos contextos de orientação dos ambientes culturais em que é produzido e aos quais se destina.

O pensamento histórico (e a ciência da história enquanto modalidade deste) está, portanto, ligado à experiência cotidiana do agir, a qual requer das faculdades racionais dos homens conteúdos que orientem a sua condução. De acordo com Rüsen, as interpretações históricas do tempo são capazes de fornecer orientações ao agir porque permitem que as intenções que dispõem o sujeito para a ação sejam ajustadas no confronto com a experiência. A consciência histórica é uma espécie de filtro em que as intenções se deixam moldar por conteúdos de experiência rememorados do passado. As intenções de futuro precisam ser reguladas pela experiência do passado, porque sem isso poderiam apontar para um horizonte de expectativas e projetos absurdos (*RH*, p. 58-62). Esse filtro, de acordo com seu maior ou menor poder crítico, processa as tradições, as heranças da experiência do passado vivas no presente, desmontando sua aparência de eternidade pelo desvelamento de seu caráter essencialmente histórico. Para Rüsen, o grande resultado dessa atividade interpretativa da consciência histórica é a possibilidade de administrar a contingência, experiência que confere à experiência do tempo uma de suas marcas mais fundamentais, por meio de um recurso diverso daqueles habitualmente disponibilizados pela tradição. Com isso, a apreensão interpretativa do tempo pela história pode ser levada em conta como fator de orientação dos sujeitos humanos no desempenho de suas ações. Na verdade, o que ocorre quando o pensamento histórico é chamado a transformar intelectualmente tempo em sentido é uma ampliação do campo de orientação. A tese de *Razão histórica* é que essa orientação especificamente histórica é capaz de situar o agir em um âmbito de racionalidade distinto daquele em que o coloca a tradição: o âmbito de uma racionalidade histórica, cuja emergência configura desde já um ganho no que se refere ao potencial orientativo da tradição.<sup>6</sup>

As oportunidades elencadas por essa racionalidade histórica de que, por princípio, está investida toda forma de pensamento histórico encontram na ciência da história condições ótimas de aproveitamento. O desdobramento dessa idéia conduz ao terceiro e último capítulo, intitulado “Científica”, em que Rüsen discute a especificidade da histó-

ria acadêmica enquanto modalidade de pensamento histórico. A marca distintiva da ciência da história é, para ele, seu caráter metódico. É importante deixar claro que método não opõe aqui uma racionalidade especificamente científica à articulação “espontânea” e não-metódica do pensamento histórico não-científico. Pelo contrário, a ciência da história é, antes de tudo, tomada como “instrumento” de constituição de sentido e, assim, toda a sua estrutura metódica é apresentada como subordinada à tarefa de promover a orientação cultural da vida. É justamente sobre esse vínculo indissolúvel com carências de orientação e com interesses existenciais por conhecimento, provenientes dos universos culturais no interior dos quais são produzidas, que as histórias dos historiadores profissionais podem ser pensadas em sua especificidade metódica. Uma vez fixado esse ponto, Rüsen pôde ter bases para retomar o já clássico problema da objetividade do conhecimento histórico, empregando como estratégia a modificação de seu foco de resolução por meio da adoção de critérios de plausibilidade, cuja circunscrição vai além da dimensão propriamente empírica. Uma história, segundo o que ele indica, não recebe o atributo da pertinência somente por conter sentenças fundamentadas nas informações extraíveis das fontes. Sua pertinência deriva também da razoabilidade das normas que conferem significado ao que é trazido ao presente pela reconstrução histórica e da eficácia do sentido nela narrativamente constituído para a consolidação de identidades. Esses três requisitos (pertinência empírica, pertinência normativa e pertinência narrativa) formam o que Rüsen denomina “critérios de verdade do pensamento histórico” (*RH*, p. 84-93). Importante para a concepção de objetividade que fornece as diretrizes desse terceiro capítulo é que, na ciência da história, esses critérios são modulados de maneira a ajustar o produto historiográfico aos princípios de metodização nela vigentes.

A metodização do pensamento histórico em ciência da história é apresentada por Rüsen como resultado da incorporação sistemática pelo historiador da dúvida quanto à validade de suas narrativas (*RH*, p. 98-99). Ao falar em metodização, ele se refere a um processo que não se restringe aos chamados métodos de pesquisa. Rüsen mobiliza a carga de significado da idéia de método para destacar que, na ciência da história, a validade das histórias fica garantida por uma “fundamentação particularmente bem feita” (*RH*, p. 97).<sup>7</sup> Define-se, portanto, metodização como

um processo que conduz para além do método histórico propriamente dito e que está relacionado à aceitabilidade de um trabalho pela comunidade dos historiadores profissionais. No interior dessa comunidade intelectual, a validade dos trabalhos apresentados é julgada em função de sua adequação aos cânones de procedimentos que se foram sedimentando no decorrer da história da disciplina histórica. Pode-se afirmar que a adequação de uma narrativa histórica a esses cânones disciplinares é aquilo que especifica a ciência da história no quadro geral do pensamento histórico. Em um plano mais particular é possível descrever essa adequação como resultado da elaboração metódica dos cinco fatores da matriz disciplinar.

A metodização de carências de orientação, de idéias, de estratégias de certificação empírica, de formas de apresentação e de funções orientativas conduz então a uma situação marcada pela perda da crença ingenuamente segura na validade das narrativas históricas. Ela funciona na verdade como um fator desestabilizador do pensamento histórico e por aqui se podem notar as diferenças com respeito a abordagens anteriores do problema do método. Na ciência da história, as pertinências empírica, normativa e narrativa estão submetidas aos requisitos da metodização e isso culmina no que Rüsen argutamente apresentou como a passagem de uma certeza insegura para uma certa insegurança (*RH*, p. 104; 113-114; 123). Insegurança certa é o estado que qualifica o conhecimento histórico produzido com a mediação da dúvida quanto à sua validade. Fica aberto o campo para o reconhecimento da superabilidade de todo conhecimento histórico em termos da relatividade de seu conteúdo empírico, sempre sujeito à descoberta de novas e reveladoras fontes e à interpretações mais eficazes de velhas; da relatividade de seu conteúdo normativo, sujeito às variações do mundo da cultura e à redefinição dos significados culturais; e da relatividade de seu conteúdo de sentido, dependente de sínteses de experiências e normas que variam em função da variação de suas premissas.

Sobre essa relatividade repousa a noção de racionalidade histórica em seu matiz especificamente científico. A razão histórica, na história como ciência, tem a ver com a otimização das oportunidades de consenso racional, o que se dá quando o agir passa a ser orientado por interpretações históricas, as quais, por se saberem certamente inseguras e superáveis, mantêm-se abertas aos conteúdos de outras interpretações. O conheci-

mento do passado humano pela ciência da história comporta, segundo Rüsen, uma objetividade tripartite, pela qual se expressa essa abertura. Essa objetividade pode ser definida conforme o que se segue:

a) A metodização da relação do conhecimento histórico com a experiência do passado faz com que as histórias, para que sejam empiricamente pertinentes, tenham de ser fundamentadas em pesquisa histórica, o que permite falar de uma “objetividade de fundamentação” (RH, p. 138-139).

b) Por sua vez, a metodização da relação do conhecimento histórico com as normas subordina a pertinência normativa das histórias ao procedimento da reflexão sobre o referencial empregado para conferir significado às experiências reconstruídas, tornando possível falar de uma “objetividade de consenso” (RH, p. 140-142).

c) A metodização do sentido das histórias, por último, torna a teorização construtiva requisito de sua pertinência narrativa, fazendo com que elas possam ser qualificadas com o que se pode chamar de “objetividade construtiva” (RH, p. 142-146).

A distinção dessas três esferas de objetividade, na ciência da história, é de fundamental importância para a resposta de Rüsen ao problema que perpassa todo este trabalho, a saber, o da natureza e das possibilidades da racionalidade histórica, na história como ciência especializada. Com essa idéia de uma objetividade tripla dos resultados historiográficos da ciência da história, ele demonstra que – e como – o fato de as histórias partirem de interesses cognitivos conflitantes não exclui a possibilidade de que elas auxiliem na busca e construção de consensos. A tarefa “honrosa” da ciência da história é, para ele, exatamente a da promoção do consenso a partir do reconhecimento, e não da sublimação, das diferenças entre as partes em conflito social (RH, p. 177-178). Na justificação de suas demandas antagônicas, não é raro que grupos sociais evoquem argumentos históricos. O que Rüsen defende é que, se tais argumentos forem construídos com base em interpretações elaboradas em conformidade com os padrões metódicos usuais da ciência da história, então fica mais fácil – ou menos complicada – a manutenção do diálogo das diferenças. Isso porque qualidades como as da objetividade de fundamentação, objetividade de consenso e objetividade construtiva estão razoavelmente adaptadas para permitir a complementação das identidades em que repercutem pela assimilação

de histórias provenientes de outros contextos de orientação. Desse modo, a evidência da incompletude empírica e da relatividade dos significados das histórias permite um melhor desempenho da racionalidade histórica, fortalecendo a densidade de sentido das realizações historiográficas em que ela frutifica.<sup>8</sup>

Ainda se faz importante mencionar que *Razão histórica* se fecha com um apêndice exclusivo da edição brasileira, em que se encontram um bom panorama das investigações mais recentes de Jörn Rüsen e uma ampliação do conceito de matriz disciplinar da ciência da história por meio de sua articulação com o conceito de cultura histórica, mais recentemente por ele desenvolvido. Deve ser destacada também a cuidadosa tradução de Estevão de Rezende Martins, que, há algum tempo, vem se responsabilizando por boa parte da divulgação dos textos e idéias de Rüsen em nosso país.

## Notas

1. Apresentei uma discussão mais aprofundada acerca desse trabalho em minha dissertação de mestrado: *O que fazem os historiadores, quando fazem história?* A teoria da história de Jörn Rüsen e do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, 2004. Pode-se ter acesso a ela pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www2.liphis.com/ficha.asp?intIdTese=225>.
2. Uma crítica a essa atitude, comum à posição que no debate atual da teoria da história se poderia denominar narrativismo metafórico (ou pós-moderno), encontra-se no texto de Chris Lorenz. Can histories be true? Narrativism, positivism and the “metaphorical turn”. *History and Theory*, v. 37, n. 3, p. 309-329, 1998.
3. A abreviação *RH* será empregada ao longo do texto para as referências à obra *Razão histórica*.
4. *Razão histórica* é hoje (dezembro de 2004) o único dos volumes traduzidos para a língua portuguesa. A Editora da Universidade de Brasília, no entanto, prepara para breve as publicações dos dois outros volumes da trilogia.
5. O adjetivo “históricos” designa aqui o atributo de que se investem as interpretações históricas do passado e não uma qualidade pela qual se pode caracterizar a experiência humana. História é aqui a interpretação histórica da experiência histórica e não somente a experiência. Essa diferenciação, diga-se de passagem, corresponde em parte à diferença de

significado entre dois termos da língua alemã, *Historie* e *Geschichte*, para cuja tradução a língua portuguesa somente disponibiliza “história”.

6. “A consciência histórica representa, portanto, uma diferenciação e uma expansão da consciência do tempo, realizada na tradição como orientação temporal da vida prática. Na medida em que só descobre o passado como passado nessa orientação, a consciência histórica projeta para trás a orientação temporal da vida prática atual, de forma que as lembranças possam ingressar nesta e que, com isso, superem-se os déficits de orientação temporal intrínsecos à tradição [...]” (*RH*, p. 84).
7. Rüsen esclarece a ambivalência do emprego da expressão “método histórico” e diferencia duas acepções de significado para o termo, delimitando-as por sua abrangência em relação aos princípios da matriz disciplinar da ciência da história. Assim, método, para ele, designa ora a rede de diretivas que empurram o pensamento histórico na direção da pesquisa histórica, da reflexão sobre o referencial e da teorização construtiva, ora o conjunto das regras da pesquisa histórica associadas à garantia de validade empírica das histórias. No primeiro caso, “método” abrange todo o escopo da matriz disciplinar; no segundo, restringe-se, sobretudo ao fator “métodos de pesquisa” e, indiretamente, ao princípio das perspectivas orientadoras da experiência do passado. Ver: *Rekonstruktion der Vergangenheit: Grundzüge einer Historik II: die Prinzipien der historischen Forschung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986, p. 87-88.
8. Devem-se destacar, quanto a isso, as palavras com que se conclui o texto de Rüsen: “A ciência da história só poderia ignorar as carências de orientação de seu tempo pagando o preço do enfraquecimento de sua validade, isto é, da debilitação de sua objetividade. As carências de orientação da vida social concreta, na qual a história como ciência se efetiva, podem ultrapassar as orientações produzidas pela ciência da história. Se e até que ponto a ciência da história é capaz de evoluir (de acordo com as regras metódicas do progresso cognitivo, da ampliação de perspectivas e da consolidação de identidade) depende, afinal, também da medida em que for sensível ao fluxo contínuo das questões da vida humana prática que vão além de suas respostas” (*RH*, p. 178).